

Theodor W. Adorno e o significado das ciências sociais

André Campos
Rocha
(UFMG)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender o significado das ciências sociais para um dos grandes filósofos do século XX, o alemão Theodor Wiesengrund Adorno. A partir da obra de Karl Marx (1818-1883), Adorno procurou refletir sobre a natureza do sistema capitalista e as possibilidades de sua superação, e criticou veementemente as abordagens epistemológicas clássicas das ciências sociais, as quais representariam um importante papel na permanência do capitalismo, pois tributárias de uma reflexão teórica *acrítica*, imune as perspectivas de transformação social. Portanto, procurarei mostrar quais são as críticas de Adorno em relação a essas abordagens: mais especificamente o positivismo de Comte e Durkheim, que pretendia transpor, para o estudo das relações sociais, os métodos “objetivistas” das ciências naturais e alguns princípios da teoria sociológica de outro “pai fundador” da disciplina, Max Weber. Segundo Adorno, este aspecto *fatalista* e *acrítico* encontrado nas teorias clássicas estaria presente também na prática sociológica de seu tempo, com a qual ele manteve estreito contato em sua viagem aos Estados Unidos na década de 40, exilado das perseguições a intelectuais e judeus ocorridas na Alemanha nazista. A partir das críticas de Adorno aos métodos mais modernos de pesquisa sociológica, que ele denominou, em seu conjunto, de *investigação social empírica*, pretendo esboçar aquilo que ele próprio entende por ciências sociais, que devem possuir, segundo Adorno, o teor crítico necessário a qualquer reflexão que intencione emancipar os homens da opressão e ajudá-los a construir sua liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Crítica; Theodor W. Adorno; Positivismo; Investigação social empírica

Abstract: The present article objectifies understand the meaning of social sciences for one of the greatest philosophers in the 20th century, the German Theodor Wiesengrund Adorno. Based on Karl Marx's work, Adorno tried to reflect about the nature of capitalist system and the possibilities of its overcoming and strongly criticized the classical epistemological approaches in social sciences, which would represent an important role on the endurance of capitalism, because they were supposed to incite an uncritical theoretic reflection, immunized from social transformations. Therefore, I want to come out with Adorno's criticisms about those approaches: particularly the positivism of Comte and Durkheim, which tried to apply to the study of social relations the “objectivist” perspective of natural sciences and about some principles of sociological theory of other sociology's “founding father”, Max Weber. According to Adorno, this fatalist and uncritical aspect regarding to the classical theories would also be presented in the sociological practice of his own time, which Adorno made contact in his exile from Germany to United States at forty's. Based on Adorno's criticisms about modern methods of sociological research, called by him empirical investigation method, I want to sketch his own understanding of what would be a critical social science, which, for him, must have the critical content necessary for thinking the emancipation of human being and helping it to construct its liberty.

KEYWORDS: Critical Theory; Theodor W. Adorno; Positivism; Empirical investigation method

Contexto

Em termos gerais, podemos situar a figura intelectual de Theodor Adorno (1903-1969) dentro das múltiplas “escolas” que coexistem no âmbito das ciências humanas na corrente de pensamento denominada “Marxismo Ocidental”. De acordo com Merleau-Ponty, o qual popularizou o termo em sua obra de 1955, *As aventuras da dialética*, ele serviria para identificar um conjunto de pensadores que se colocaram à margem de uma ortodoxia marxista, especialmente em sua versão oficial Soviética, que à época se transformou, de uma doutrina com propósitos libertários e emancipatórios, em instrumento ideológico para a legitimação de um regime político com traços tirânicos. Ainda de acordo com Merleau-Ponty, dentre as inúmeras

características teóricas que perpassam a obra dos pensadores do “Marxismo Ocidental”, algumas apresentam-se, de uma forma ou de outra, inerentes ao trabalho de todos eles: o *subjetivismo*, o *humanismo* e o *não dogmatismo*. (JAY, 1984, p. 2)

De uma forma mais específica, Adorno é um conhecido membro da “Teoria Crítica”, associada ao Instituto de Pesquisas Sociais (*Institut für Sozialforschung*) criado oficialmente em 3 de fevereiro de 1923, na Alemanha, e com prédio próprio filiado à Universidade de Frankfurt a partir de junho 1924. Adorno só se filiaría oficialmente ao Instituto na década de 30 quando seu amigo e colaborador intelectual, Max Horkheimer, se tornou diretor e criou um novo veículo de produção e divulgação de seus trabalhos, a *Zeitschrift für Sozialforschung* (Revista de Pesquisa Social).¹ (FREITAG, p. 10). O principal esforço dos intelectuais do Ins-

tito foi tentar compreender porque a revolução socialista insinuada por Marx no século XIX não ocorreu como o esperado. No início do século XX, logo após a Primeira Guerra Mundial, o centro de gravidade do socialismo se deslocou para o Leste da Europa. Esta situação criou um impasse para os intelectuais marxistas alemães, os quais viram a tentativa da revolução fracassar em seu país: por um lado, poderiam apoiar o socialismo moderado do Partido Social-Democrata (SPD) e, ao fazê-lo, acatar implicitamente a situação política da República de Weimar; por outro, poderiam aceitar a liderança do Partido Comunista da Alemanha (KPD) e rejeitar as condescendências burguesas do novo regime. Uma terceira via, entretanto, foi adotada: voltando às raízes do pensamento teórico socialista, a ideia era revisitar e reinterpretar o legado filosófico de Karl Marx, com o intuito de evitar os erros passados e guiar a ação futura. Pelo reconhecimento do fracasso de uma unificação de *teoria* e *práxis*, ilustrada pela não realização efetiva do projeto comunista – da completa igualdade entre os homens, do fim da alienação, da opressão e da dominação – ecoada a partir dos acontecimentos posteriores à Revolução de Outubro de 1917, o foco na inovação teórica tornou-se premente; afinal, como reconhece Adorno, embora em circunstâncias diversas:

“O agir imediato, no entanto, que sempre lembra o bater com estrondo, está incomparavelmente mais próximo da repressão do que o pensamento, o qual ajuda a respirar.” (ADORNO, 1995, p. 223).

Reconstruir a lógica e o método de um “novo” Marxismo, adequado às condições sociais, econômicas e políticas do século XX, estava, portanto, na “ordem do dia”.

A dificuldade do legado intelectual deixado por Karl Marx remonta à natureza imbricada e concatenada dos diversos aspectos de seu pensamento, ou seja, o cientista social Marx é, a um só tempo, filósofo, economista, ativista político e sociólogo. Além disso, a exagerada importância que ele teria conferido ao âmbito infra-estrutural (econômico) da sociedade, levou-o a negligenciar as formas super-estruturais que representariam um papel central na permanência e na reprodução do sistema capitalista como um todo.² No século XX, o capitalismo desenvolveu mecanismos que lhe permitiu sobreviver às suas crises periódicas impedindo o seu desmoronamento e sua substituição por uma revolução socialista (AGGER, p. 108). Um destes mecanismos refere-se à falsa consciência que permeia a vida dos homens no modo de produção capitalista, que os impede de ver com clareza seu caráter fetichista, a qual é escondida, protegida e perpetrada por uma “superfície” ideológica, afirmando o mundo tal qual ele é como “inevitável” e “racional”. Não conseguir chegar às profundezas das relações sociais – a essência dos fenômenos – e hipostasiá-las é conceber a experiência social como imutável e necessária; é estar cego ao seu caráter primordialmente histórico e contingente, e, portanto, passível de mudança. Neste contexto, para os teóricos críticos em geral, que herdaram de Marx a tarefa de analisar criticamente as dimensões sociais centrais à reprodução do capitalismo, cultura, ciência, costumes, hábitos e as

mais diversas formas de consolidação da super-estrutura na dinâmica social, ganham um peso igual – senão maior – que as formas econômicas nas quais, a princípio, teriam sua origem.

Dentro deste contexto, ou seja, a tentativa dos teóricos frankfurtianos de reconstruir, a partir do legado de Marx, um corpo teórico consistente e acorde com as circunstâncias atuais, eminentemente crítico, o objetivo desta pesquisa se delineia. Neste sentido, me utilizarei do pensamento de um de seus membros mais ilustres: Theodor W. Adorno.³ Além de ser considerado um dos filósofos mais notáveis do século XX, Adorno realizou importantes reflexões acerca dos fundamentos e princípios das ciências sociais, as quais deveriam seu surgimento a correntes filosóficas centrais para o século XIX. Não obstante, suas raízes intelectuais calcadas no pensamento filosófico europeu, Adorno vivenciou e refletiu em seu exílio aos Estados Unidos, acerca do nascimento e da consolidação de métodos sociológicos baseados fundamentalmente na *empíria*, com um viés radicalmente não especulativo (tais métodos são denominados por Adorno, em seu conjunto, como *investigação social empírica*). Meu objetivo é analisar, de modo sinóptico, os principais argumentos críticos de Adorno em relação a ambas as tradições de pensamento, respectivamente: a primeira, europeia, personificada nas figuras de dois pais fundadores da sociologia: Durkheim e Weber; a segunda, americana e mais moderna, cujas influências cristalizaram-se de modo agudo nas práticas sociológicas contemporâneas.

Na parte final tentarei resgatar alguns argumentos noidais que serão desenvolvidos ao longo do texto e resumi-los, ressaltando as contribuições que o pensamento de Adorno e de seus companheiros da Teoria Crítica deixam para os cientistas sociais do século XXI.

O positivismo e as ciências humanas

O positivismo enquanto motivação filosófica e científica agrega uma pluralidade de correntes de pensamento tão ampla que, se nos prendermos a essa amplitude, qualquer classificação precisa seria impossibilitada. Podemos atribuir o predicado “positivista” a tradições de pensamento bem distantes no tempo e no espaço: o empirismo inglês, o iluminismo francês, o empirismo lógico, o empiro-criticismo, entre inúmeros outros (DOMINGUES, p. 169). A variante que servirá de objeto à crítica de Adorno, dentro dos objetivos deste trabalho, é o positivismo de Comte e Durkheim, os quais figuram, junto a Weber e Marx, no panteão dos pais fundadores da sociologia. Note-se que a expressão “positivismo” foi cunhada pelo próprio Comte em 1838, no volume quatro de sua principal obra, o *Curso de filosofia positiva*. Dentro dessa tradição, que se propôs a erigir uma ciência do homem pautada nos ideais de objetividade e neutralidade afins às ciências naturais, Adorno discerne o *fatalismo* e a *passividade*, e contrapõe a essas a *crítica* própria aos primeiros intentos do homem em, desde a Antiguidade, esforçar-se por construir um pensamento sobre a sociedade que levasse em conta, concomitantemente, a refle-

1 Muitas vezes, denomina-se a reunião dos trabalhos dos membros do Instituto com a alcunha “Escola de Frankfurt”. Esta expressão é por vezes interpretada de forma equivocada; isto porque, a unidade teórica entre os seus pensadores raramente existiu. Seu uso justifica-se como uma forma de referência a “institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas, não-ortodoxos, que na década dos anos 20 permaneceram à margem de uma marxismo-leninismo clássico, seja em sua versão teórico-ideológica”, seja em sua linha militante e partidária” (FREITAG:10). Além disso, como sugere Freitag, o grosso de sua produção teórica foi produzida, em sua maior parte, fora de Frankfurt. (FREITAG:9)

2 Apesar de o trecho sugerir que Marx de fato negligenciou o âmbito super-estrutural da sociedade, não podemos afirmá-lo com certeza. Há uma enorme controvérsia a esse respeito, de modo que podemos dizer que esta conclusão é de marxistas e não é tão simples no pensamento do próprio Marx.

3 Evidentemente, algumas ideias que utilizarei provêm não só do trabalho de Adorno como também derivam, direta ou indiretamente, de seus “parceiros” intelectuais, como Max Horkheimer. A coautoria manifesta em seus diversos escritos dificulta a especificar as ideias provenientes de um ou de outro.

xão sobre ela e sua possível mudança. Platão, por exemplo, diante das dificuldades de seu tempo, preconizou uma reorganização total da sociedade, a qual só podia efetuar-se através da figura do rei filósofo. Ele, e somente ele, após “sair da caverna” e contemplar, sem intermediários, o *Bem em si*, poderia realizar a tarefa designada: “a intenção desse primeiro projeto de sociedade racional, levada a cabo por Platão, não diz outra coisa senão que acabem as desgraças da humanidade.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1974, p. 15). Este tipo de meditação filosófica, onde o Ser e o Dever-ser estão entretrecidos, imbricados e entrelaçados, guiou a reflexão do homem sobre a sociedade ao longo da história. Não só Platão, mas grandes figuras do pensamento, como Aristóteles e Hegel, tomaram-no como ponto de referência. A sociologia, filha do positivismo, em acentuada contraposição aos seus antecedentes, fundamentou-se por princípios radicalmente opostos: sua empreitada é libertar os homens do pensamento teológico e metafísico, e tirá-los, de uma vez por todas, da neblina deturpadora da superstição e da especulação. Com isto, entretanto, não só a metafísica sai de cena, mas, no tocante à crítica, também a possibilidade de reconhecer a distância entre Ser e Dever-Ser, cerne daquela reflexão filosófica acerca da sociedade. Postula-se, em substituição:

“acercar-se dos fenômenos tais como eles se oferecem à observação e à experiência e tomá-los tais quais, como fatos ou dados da experiência, sem se apoiar em nenhuma ideia preconcebida e sem buscar nenhuma essência escondida por trás deles”, “estabelecer correlações entre os fenômenos observados, fixar os nexos causais que os envolvem e determinar leis que os governam”, e, finalmente, “procurar confirmar as correlações, corroborar os nexos causais e comprovar as leis por meio de testes precisos e de experimentos concludentes.” (DOMINGUES, p. 172).

Com a afirmação de que os fatos falam *por si*, que os fenômenos *em si* têm precedência gnosiológica na construção do conhecimento, com o abandono da busca por essências, o desdobramento lógico disto é que devemos buscar os nexos causais que regem os acontecimentos sociais e, ulteriormente, subsumi-los a leis imutáveis. No fundo, nutre-se a expectativa, com o projeto comteano, de que transformemos a sociologia em uma *física social* e que assim, os homens, como partículas atuantes deste “universo”, reconheçam-se regidos por leis universais, em analogia à atuação da lei da gravitação universal sobre o mundo físico. Segundo Comte (p. 7):

“... o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais.”

As ferramentas matemáticas serviriam para um duplo propósito: por um lado, justificam-se como parte do método, mediando a observação dos fe-

nômenos particulares à sua instalação no *corpus teórico* da lei; por outro lado, servem como prova inequívoca da *objetividade* dos métodos positivistas, afinal os números falam *por si*.

Segundo Adorno, há contradições latentes dentro do pensamento positivista que necessitam de uma clarificação racional a partir da crítica imanente de seus próprios princípios; devem-se desnudar suas falsidades, suas insuficiências, seus traços ideológicos. Como o termo já sugere, o positivismo postula de forma inescrutável uma dada visão da realidade que, por enfatizar demasiadamente seus pressupostos, fica subordinado de uma maneira servil a eles. Quando dizemos, por exemplo, que nossa sociedade é fundada no Direito positivo, isto quer dizer que, o juiz ao executar uma sentença não pode questionar os princípios que o levaram a dar *um* determinado tipo de resolução ao caso e *não outro*, mesmo que ele, pelo seu próprio juízo íntimo, não concorde com a sentença que ele mesmo prescreveu, por reconhecer contradições entre o direito e a justiça. Isto porque, acima dele, há a nota fria e impessoal da lei, da qual não pode prescindir. De modo análogo, o positivismo na ciência tira o espaço da dúvida, do questionamento, da contestação em prol de seus preceitos metódicos mais íntimos, de sua “objetividade”. Para Adorno, esta adequação incondicional à verdade como fundada nos fatos, no número, na necessidade lógica, torna-se não só um tipo de fetiche no âmbito da ciência, como serve à perpetuação de um dado “estado de coisas”. Assim, o positivismo é uma forma ideológica de manutenção da forma de produção capitalista e de toda sua lógica de dominação. Intencionando retirar os homens do jugo da superstição e do mito, o pensamento positivista foi incapaz de fazê-lo, porque *ele mesmo* se torna vítima de um mito e uma ideologia: o feitiço virou contra o feiticeiro.⁴ O argumento pode ser expandido do âmbito da ciência ao âmbito da organização da sociedade em geral, sugerindo que o positivismo é a forma mais dominante de ideologia no capitalismo tardio no sentido de que as pessoas são ensinadas a aceitar o mundo “tal qual ele é”, perpetuando-o irreflexivamente. (AGGER, p. 109). Na medida em que a tarefa do conhecimento é refletir o mundo “lá fora” somos levados a uma impassível identificação entre racionalidade e realidade.

O *ethos* positivista de conceber “o real” manifesta-se de forma paradoxal na condição do cientista – sujeito do conhecimento – como na dos seres humanos – objetos do conhecimento. No primeiro caso, como *sujeito*, o cientista é incapaz de perceber que o imperativo de “objetividade” e “neutralidade” que fundamenta sua atividade é fruto de uma concepção de mundo construída por uma classe específica dentro do processo histórico concreto. Portanto, desvelar as relações de poder por trás da aparente “neutralidade” de interesses de seu labor é essencial para sua autorreflexão. O enraizamento da noção positivista de ciência está atrelado à ascensão da classe burguesa no século XIX, para quem, afinal de contas, um olhar científico “neutro” para o mundo legitimaria sua posição de classe dominante e afastaria como consequência, oportunamente, a pretensa tentativa de negar a ordem existente. Neste contexto, o cientista social, ao agir positivamente (não falso

4 Este tema é longamente desenvolvido na obra filosófica “Dialética do Esclarecimento”, publicada em 1947. Ver: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

aqui de um positivismo estrito, metódico, etc, mas propriamente de um *ethos*) encontra-se num impasse: por um lado, ele contribui ativamente para a reprodução social do existente, para o incremento do aparato técnico e o perpetuamento de uma ordem fundada em uma específica, historicamente constituída, relação de poder; por outro, ele é levado passiva e acriticamente a um estado de conformismo diante de um mundo desigual e injusto que ele mesmo ajuda a cristalizar. Deste modo, teoria e prática se divorciam causando a autonomização da ciência sem ver o que ela significa para a existência humana. O olhar frio do pesquisador congela, no próprio ato do pensar, aquilo que, por suas próprias determinações, seria, para o teórico crítico, objeto da superação dialética – o fim da sociedade de classes, da dominação do homem pelo homem, da dominação irrefletida da natureza, entre outras coisas.

No segundo caso, ou seja, lançando um olhar para o *objeto* do cientista social, o indivíduo, as teorias positivistas da ciência confirmam-lhe sua não-liberdade. Isto é explícito no pensamento de Durkheim, discípulo intelectual de Comte. Em linhas gerais, Durkheim procura desenvolver as concepções que lhe foram legadas: concorda com Comte em assumir um compromisso epistemológico de trabalhar com nexos causais entre os fenômenos, que, assim desenvolvidos, seriam subsumidos à perspectiva da lei. Apesar de seu esforço de revelar leis sociais que se apliquem ao conjunto da humanidade, o que representa a lei do suicídio – a taxa de suicídios varia inversamente ao grau de solidariedade social de uma determinada sociedade – senão tal intento? Durkheim propõe que a tarefa das ciências sociais é descobrir aquilo que faz a mediação entre o grupo social e o indivíduo, ressaltando - aqui é o núcleo de sua inovação em relação ao objetivismo herdado de Comte - que a natureza desta mediação varia de acordo com o grupo social ao qual o ser humano pertence. Assim, tratar destes entes metafísicos, os fatos sociais, que consubstanciam o poder do coletivo sobre o individual é o que fazer próprio da ciência social; tratá-los como *coisas*, cujas propriedades diferem da soma das propriedades de seus elementos, seu imperativo metodológico. Para ele, a tarefa das ciências sociais é identificar estes fenômenos que incidem sobre o juízo das consciências individuais, as quais, deste modo, estão sujeitas a experimentar ações e atitudes que lhes escapam. Nos seus próprios termos, os fatos sociais são coercitivos, opacos e *externos* àqueles que o sofrem. Em franco contraste com essa posição, Adorno afirma que contentar-se em descrever os fatos sociais é mostrar aos indivíduos, mesmo que involuntariamente, sua falta de liberdade. Mais que isso, é o argumento perfeito para confirmar “a sociedade como destino” (ADORNO, 2001, p. 9), como segunda natureza. A sociedade e o indivíduo estão em uma relação contraditória, negativa. O fato social, transformado em preceito metódico por Durkheim, não faz senão uma descrição passiva do momento antagônico entre eles. Para fins de explicitação desse antagonismo e, portanto, da possibilidade de superação da condição de não liberdade, Adorno propõe que o objetivo da ciência não é colocar por princípio a identificação da incompreensão (a

qual é retratada pela frase “*Não debes compreender*”, consequência necessária da pretensão positivista de conceber os fatos sociais como entidades transcendentais, fora de controle das consciências individuais, porém manifestadas somente através delas), mas, compreender a própria incompreensão. Às ciências sociais caberia tentar esclarecer aos homens muito do conteúdo antagônico que se interpõe entre aquilo que eles de fato buscam: a liberdade – o homem como objeto de si mesmo – e o que a sociedade lhes impinge, a obrigação a se submeter. A teoria crítica, assim, preocupasse com a superação dialética dessas antinomias. O dilema que aqui se apresenta e que contrapõe duas vertentes teóricas de discussão, os não marxistas (sobretudo, Weber, Durkheim e Parsons) e os neo-marxistas – dentre os quais se encontra Adorno – refere-se à contraposição entre a ordem social e a realização pessoal dos indivíduos. A questão pode ser colocada nos seguintes termos: “Porque as pessoas obedecem numa sociedade industrial organizada?” Os primeiros (os não marxistas) responderiam que os seres humanos obedecem porque eles compartilham certos valores e crenças que são capazes de dotar o mundo de racionalidade. Acreditam que os indivíduos podem ascender pessoalmente cumprindo com as normas e sanções impostas pelo sistema social. Indivíduo e sociedade, nestes termos, relacionam-se através do princípio de identidade e, de certo modo, de interdependência: a realização de um é inseparável da realização do outro. Os marxistas, ao contrário, captam um momento antagônico entre ambos. Isto quer dizer que os valores comuns e normas disciplinares inculcadas nos indivíduos pela socialização contradizem os objetivos de libertação das pessoas, de sua autodeterminação. A sociedade é, assim, expressão de uma negatividade (AGGER, p. 108).

Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, a teoria weberiana da ciência radicaliza sua perspectiva acrítica, já explícita no trabalho de Durkheim. Diferentemente do sociólogo francês, que em alguns escritos chega a preconizar a existência de um mediador entre indivíduo e Estado capaz de extirpar o estado anômico do corpo social, Weber salienta a importância de depurar os princípios valorativos na prática científica, rompendo drasticamente o elo entre *teoria* e *práxis*. Apesar de reconhecer que os valores são constitutivos dos seres humanos e fornecem o caminho que o cientista deverá tomar em vias de encontrar o objeto de sua pesquisa, no ato mesmo deste processo deve deixá-los de lado se quiser fazer *jus* ao intento de objetividade que caracteriza a ciência em contraste com todas as outras formas de pensamento. A ciência requer, como atributo necessário de sua existência, a neutralidade frente aos valores (*Wertfreiheit*). A ciência não pode dizer “como o mundo deve ser” ela diz o “como o mundo é”. Daí, diante desta antinomia, os homens – mesmo os cientistas, na verdade, sobretudo eles – estão condenados ao momento trágico da escolha moral entre o que é “certo” e o “errado”; entre o “bem” e o “mal”. Adorno identifica na “neutralidade axiológica” weberiana a manifestação extrema da passividade presente no pensamento positivista. De acordo com Adorno (1995, p. 221):

“... tal isenção dos fins do campo da ‘ratio’, a qual Weber cercou de restrições, mas que, mesmo assim, inegavelmente configurou o teor de sua doutrina da ciência e até de sua estratégia científica, não é menos arbitrária que a decretação dos valores.”

Esta neutralidade é a caricatura histórica ampliada do que, desde os primórdios do esclarecimento, permitiu ao homem dominar a natureza para melhor controlá-la em função de sua auto-conservação, ou seja, a mesma racionalidade que promove a separação de teoria e práxis (valor e neutralidade), é a racionalidade que se presta a auto-conservação de uma ordem social racional, que, em sua origem, atribuía-se somente ao sujeito. Se o processo racional que Weber descreve coaduna-se com a auto-conservação da sociedade, esta conservação a qualquer preço opõe-se à ideia de Adorno de que devemos querer mais que a mera sobrevivência: devemos viver uma vida digna de ser vivida. Partindo da ideia de que um conceito deve dizer da natureza de seu objeto - não simplesmente participar de um quadro conceitual e metódico para fins de classificação - o propósito do que seja “a Razão” implica dizer como este conceito participa no processo da construção da liberdade humana e como ele atua dentro do processo social concreto. A racionalidade weberiana está irresistivelmente ligada à progressiva racionalização do ordenamento social em seu desenvolvimento histórico, e é essencial a sua subsistência. Contudo, racionalidade e irracionalidade relacionam-se dialética e tensionalmente: quanto mais teor racional uma coisa adquire mais irracional ela pode ficar.⁵ Adorno entende que o termo racionalidade é intrínseco à natureza dos fins: proclamando-a, ao contrário, como o produto do ajustamento dos meios em relação aos fins, Weber inverte sua natureza. Afinal, se inserimos no rol de objetivos racionais, por exemplo, a destruição da humanidade, então nada mais razoável que utilizar de meios de destruição mais eficientes. Em um exemplo menos drástico, se meu objetivo é a administração racional da sociedade, então nada mais natural que o estabelecimento de um aparato burocrático apropriado, tornando os homens, em suas relações sociais, peças de uma ampla engrenagem. Ora, será que a destruição da humanidade é *em si* “racional”? Será que é “racional” a transformação dos homens em peças de uma grande máquina? Segundo Adorno (1995, p. 222):

“Weber compreendeu de modo tão penetrante quanto sem consequências para a sua concepção que essa irracionalidade, simultaneamente descrita e dissimulada por ele, é proveniente da determinação da razão como meio, de sua separação em relação aos fins e à consciência crítica destes.”

A experiência nos Estados Unidos

As insuficiências, lacunas e deficiências críticas do pensamento sociológico clássico, como visto acima, referem-se, primordialmente, às suas fraquezas teóricas. A viagem de Adorno aos Estados

Unidos, em 1938, será muito significativa para a renovação de seu pensamento. Isto porque, ele se depara com uma sociedade na qual os meios de comunicação de massa têm grande influência, e o ambiente acadêmico é radicalmente distinto do europeu, de modo a confluir, na agudeza e sofisticação de seu espírito intelectual, uma profusão de novas ideias e questões, muito relevantes para pensar a teoria sociológica contemporânea.

Em 1937, Theodor Adorno foi convidado por Horkheimer - o então diretor do *Instituto de Pesquisas Sociais*, agora anexado à Universidade de Columbia em Nova Iorque - para participar de um projeto radiofônico, do diretor Paul F. Lazarsfeld. Um ano depois, aceitando o convite de seu amigo, Adorno migra para a América para dirigir o “Music Study” do projeto. Sua meta era estudar os efeitos dos meios de comunicação de massas nos ouvintes, especialmente em relação ao rádio. Adorno depara-se, não sem grande estranhamento, com uma atmosfera de trabalho que lhe era totalmente incomum: palavras como *administrative research* não faziam sentido para ele até então e colidiam frontalmente com os traços filosóficos e teóricos de sua formação intelectual. De acordo com Adorno (1995, p. 138):

“Os primeiros 34 anos da minha vida foram caracterizados por uma orientação totalmente especulativa... Sentia que o adequado para mim, o que objetivamente se me impunha, era interpretar os fenômenos. Não averiguar fatos, ordená-los e classificá-los, e colocá-los à disposição como informações, e isso não só na filosofia, mas também na sociologia.”

A partir daí, ele entra em contato direto com modelos de investigação empírica, que, além de dispor de instrumentos metodológicos para medir o papel da música na sociedade moderna, bem como constatar a reação dos ouvintes às transmissões radiofônicas, operavam também como os principais meios de investigação sociológica propriamente dita. Desde o primeiro momento, suas insuficiências e seus falsos pressupostos ficam claros para Adorno: os métodos empíricos dão precedência aos fenômenos constatáveis nos sujeitos, fazendo deles os “senhores” de suas próprias reações. Para Adorno, ao contrário, o crucial na pesquisa sociológica não é dar precedência ontológica à reação subjetiva dos pesquisados, mas, em movimento inverso, desnudar os mecanismos objetivos que os impingem a ter tal reação. Não por acaso, essa relação tensa entre *reação* e *estímulo*, *fenômeno* e *essência* encontrar-se-á no âmago de todas suas reflexões ulteriores sobre teoria social.

O ponto central para entendermos a reflexão de Adorno sobre os métodos empíricos é, de fato, a contraposição entre *fenômeno* (ou *aparência*) e *essência*. Ele sempre defendeu uma concepção de sociologia que buscasse os processos essenciais, digam-se, materiais e objetivos, que regem a sociedade, em contraste com suas manifestações fenomênicas. Para ele, o objeto tem precedência intelectual em sua relação com o sujeito. Ora, a objetividade dos métodos empíricos estaria justificada por sua pressuposição, paradoxal no entender de Adorno, de que é objetivo todo

5 A respeito deste assunto, há uma passagem ilustrativa retirada de uma conferência ministrada por Adorno, em 9 de Maio de 1968: “... a sociedade desenvolve tendências de uma progressiva irracionalidade simultaneamente ao avanço de sua racionalização, porque a totalidade da sociedade não se mantém viva solidariamente, mas através dos interesses antagônicos dos homens, através de suas contraposições e não porque existe um sujeito social conjunto uniforme.” (ADORNO, 2008:129)

resultado que advém da observação, descrição e compilação das reações, comportamentos e opiniões dos indivíduos isolados abstraídos a partir de métodos estatísticos censuais, como sexo, idade, estado civil, renda etc. A partir destas informações, mediante as técnicas estatísticas - sondagem, amostragem e instrumentos matemáticos de todos os gêneros - e de acordo com as leis do cálculo de probabilidades inferem-se enunciados generalizáveis e apartados das variações individuais. Contra tal pressuposição e tais resultados, Adorno (2001, p. 22) contesta:

“mas o valores médios assim obtidos, por mais objetiva que seja sua validade, a maioria das vezes não passam de ser enunciados objetivos sobre sujeitos; sobre como estes veem a realidade e a si mesmos. A objetividade social, a totalidade de relações, instituições e forças em cujo seio os homens atuam, é algo que os métodos empíricos (questionários, entrevistas e quaisquer que sejam os modos em que estes se combinem ou se complementam) ignoraram, em suma, só tiveram em conta como algo acidental.”

Portanto, detrás das manifestações subjetivas atinentes aos indivíduos, Adorno quer fazer notar a força objetiva condicionante destas mesmas reações, as quais só têm sentido se pontualmente referenciadas a ela. O conteúdo de consciência individual dos sujeitos é mediado pelo objeto. Assim, quando se diz que Adorno se preocupa com a *mediação*, está referido justamente o fato de que, para ele, devemos investigar os mecanismos sociais que fazem com que as manifestações *imediatas* da consciência dos indivíduos apareçam *tal como* aparecem. Qualquer objeto contém duas dimensões com que podemos percebê-lo. Em sua aparente imediatividade, vejo esta folha de papel com todas suas características físicas e sensíveis, sua textura, seu cheiro, e é claro, as letras e palavras que transmitem certas informações ao leitor. Porém, expandindo nossos horizontes, percebemos que há uma série de processos que mediaram minha relação com ela: posso me perguntar como esse texto chegou a minha mão - peguei-o na biblioteca? Comprei-o numa revista? Alguém me emprestou? - e quais as motivações subjetivas que me puseram a lê-lo (KONDER, p. 47). Do mesmo modo, posso questionar criticamente o que leva milhões de pessoas a se voltar a programas de televisão, a ouvir determinados tipos de música, a usar uma marca de roupa ou, ainda, a limitarem seu discernimento em relação a qualquer um desses processos. A ideia é que a “objetividade” proclamada pela investigação social empírica é a “objetividade” dos métodos, ou seja, ela quer aperfeiçoar os meios empíricos, instrumentais e metodológicos para extrair, o máximo possível, as informações objetivas que dizem respeito aos sujeitos, e se esquece dos fatores objetivos que, se bem compreendidos, revelam o *sentido* da vida social.

Um grande paradoxo permeia o *modus operandi* dos métodos de investigação empírica. Ao mesmo tempo em que as teorias da sociedade que não compartilham de seu rigor metódico são relegadas a um segundo plano, é concedido a estes métodos uma licenciosidade jocosa. No limite, são apenas fantasias, elucubrações teóricas sem fundamento, passatempos para o leitor, nun-

ca, nunca ciência. Adorno nota que os fatos que não compartilham de uma análise experimental e controlável recebem o selo de “pretensa científica”. Com a degradação do esforço especulativo e do trabalho teórico puro, a sociologia limita-se ao empírico, perdendo muito da compreensão do social e do sentido da sociologia. Porém, algo que aparentemente é tão superficial, *não científico* e digno de ser deixado de lado, pode constituir um conhecimento sociológico mais profundo dos processos sociais que os enunciados que resultam do trabalho dos métodos empíricos. Nos estudos que Adorno realizou sobre a astrologia, *As estrelas descem a Terra*, encontram-se conclusões extremamente importantes para compreendermos os processos íntimos que ocorrem no seio social. Os escritos astrológicos que aparecem em periódicos e revistas constituem uma forma dissimulada de objetivação dos seres humanos na sociedade moderna: a pretensão inocente que se materializa em “conselhos” e “dicas” para uma vida melhor podem ser interpretadas como imperativos de *como* devemos levar nossas vidas - “cuidar da nossa saúde”, “respeitar o chefe”, “dedicar-se ao trabalho”.

Como esboçado acima, em contraponto ao modo científico da investigação empírica, que impera nos trabalhos sociológicos americanos, Adorno fala como o porta-voz de procedimentos que pretendem lançar luz sobre as condições estruturantes fundamentais da sociedade, a *objetividade social mesma*: “a teoria quer nomear aquilo que secretamente dá coerência a engrenagem social.” (ADORNO, 2001, p. 19). Em um exemplo já clássico, que Adorno leva em conta, podemos entender a sociedade, em seus processos concretos históricos, remetendo-a ao princípio da *relação de troca*, substrato necessário da solidificação do modo produção capitalista. Isto dá sentido não só à dinâmica social como um todo, como, do ponto de vista subjetivo, revela aos indivíduos que nela participam o significado de suas relações com os outros homens e com eles mesmos.

Suas críticas aos métodos empíricos redundam na sua delimitação da natureza da sociologia como ciência particular. Adorno não entende a sociologia como uma ciência que lida com o consciente ou o inconsciente dos homens. Sua essência reside na relação ativa entre o homem e a natureza, bem como nas formas objetivas de associação entre os homens, “não reintegráveis no espírito como estrutura interior do homem”. Por exemplo, defrontado com conceitos dotados de contornos espirituais como “humanidade camponesa”, a qual, mediante seu próprio depoimento, opõe-se com rigor às inovações técnicas e sociais por “amor a aldeia” ou “fidelidade ao costume dos nossos pais”, o pesquisador deverá averiguar se a racionalização técnica do campo requereria investimentos de tal porte que tornassem irracional o processo. Este exemplo ilustra claramente que por trás de justificações pessoais para a ocorrência, ou não, de um determinado fenômeno social, há elementos objetivos que, apesar de imperceptíveis imediatamente, são, no entanto, muito mais decisivos. Contudo, não quer dizer que não existam momentos irracionais de organização social. Porém, o argumento não pode ser tomado como “expressões de sabedoria e verdades inapeláveis” (ADORNO & HORKHEIMER, 1974, p. 128) .

A autonomia do método em relação aos verdadeiros objetos da ciência depende das condições hodiernas para a realização das pesquisas sociológicas. Tais condições, no mundo moderno, não podem prescindir de uma transmissão constante de informações exatas e precisas sobre as mais diversas e complexas relações sociais, as quais só podem ser obtidas por meio da investigação social empírica. Adorno dirá, em consequência, que a verdadeira teoria da sociedade não pode negligenciar os dados fornecidos pela investigação social empírica, que são parte irredutível do momento em que se encontra a ciência social, mas confrontá-los paulatinamente com suas concepções teóricas. Na medida em que a mistificação do método perde sua razão de ser, quando o círculo se rompe, a *teoria* e a *práxis*, por meio da ação “precisa e eficaz”, podem reconciliar-se. Adorno chama a atenção para o fato de que, rejeitar por completo as realizações da investigação social empírica, bem como seu efetivo potencial em fornecer informações sobre as relações sociais, é uma atitude inadmissível, que faria com que a teoria crítica degenerasse em uma infecundidade estanque. O importante, em contrapartida, é não dotar a geração de tais dados como um momento final e último do processo de conhecimento. Isso é apenas o começo para um cientista social que está comprometido com a crítica sistemática dos momentos não humanistas presentes na sociedade.

“O caminho do verdadeiro humanismo passa por problemas técnicos e especializados, desenvolve-se na medida em que consegue entender o seu sentido na totalidade social e tirar proveito de suas consequências” (ADORNO & HORKHEIMER, 1973, p. 130).

A vinculação entre métodos sociológicos dispare e aparentemente apartados *por natureza* é a meta de todo conhecimento que se pretende mais rico e crítico. Se utilizados de maneira correta, os métodos de investigação empírica podem servir como um auxiliar para a crítica. Um modo de fazê-lo é confrontar os enunciados sobre o consciente e o inconsciente dos homens com os indicadores objetivos que provassem (ou não) a sua existência. Os dados subjetivos, uma vez registrados e compilados, confrontar-se-iam com aqueles indicadores e revelariam as disparidades e fissuras existentes entre aquilo que os sujeitos acham de *si* mesmos e o papel que eles efetivamente exercem dentro do processo de produção material da sociedade “sua posse ou não dos meios de produção, seu poder ou impotência sociais...” (ADORNO, 2001, p. 34). Isso serviria para explicitar os momentos ideológicos do sistema social, sua gênese, suas funções e o grau de sua existência.

Para as condições modernas de produção e divisão do trabalho dentro da prática científica testemunhada por Adorno, ele reflete sobre as vicissitudes e inflexões de que a *sociologia* é objeto. Por um lado, nutre um desapontamento por sua decomposição, mediante uma acentuada racionalização e especialização do trabalho do intelecto, a ponto de perder-se a noção de uma sociedade como um todo. O desmembramento progressivo da disciplina em sub-disciplinas - sociologia agrária, sociologia econômica, sociologia

industrial, entre outras - não pode nos fazer esquecer que na realidade o campo, a economia e a indústria são peças de um quebra-cabeça muito maior chamado sociedade, e que, portanto, vê-las separadamente é limitar-se a um pedaço do problema, em detrimento de concebê-lo em sua integridade. Por outro lado, o quer que pensemos do objeto que a sociologia se ocupa, o social, ele não é redutível a si mesmo. Se pensássemos assim, fariamos violência à realidade. A interdisciplinaridade é extremamente desejável, não como uma simples organização e coordenação do trabalho científico, mas na medida em que um mesmo princípio teórico é interpretado a partir de diferentes prismas. O apoio mútuo e prolífico das diversas áreas do conhecimento humano - sociologia, política, filosofia, direito, economia, literatura, entre outros - baseia-se no desejo de produzir um diagnóstico mais acurado da realidade histórico-social presente, discernindo suas potencialidades de mudança e emancipação, deve ser complexo, cindido, tenso e conflituoso, pois a realidade assim o é. Dessa forma, para Adorno, o pensamento deve ressoar mimeticamente as tensões inerentes ao seu objeto, em vez de impor-lhe uma ordem, coerência e univocidade que não existe na realidade histórico-social.

Seguindo uma intuição original de Marx, desenvolvida longamente na teoria crítica, desde Horkheimer até o presente, Adorno entende que a ciência, na sociedade moderna, é a principal fonte de legitimação da realidade. Quando a atividade científica se fetichiza, o potencial crítico do pensamento humano se esvai. Domina a lógica da produção, ali onde, em virtude do comprometimento de ajudar os seres humanos na resolução de seus problemas mais importantes, deveria haver embate crítico, destruição construtiva, conflito de ideias. Já em sua época, Adorno havia notado a mecanização do trabalho científico e sua subordinação servil a interesses socialmente poderosos. Hoje em dia, esta ideia vem a calhar, e inclusive tornou-se mais aguda. Na hierarquia valorativa do saber, prosperam os departamentos que produzem mais textos, artigos, teses e dissertações. O cientista, dentro desta lógica e agindo de acordo com ela, jubila-se com a estima imediata que lhe proporciona a consumação de seu trabalho materializada em textos, artigos, entre outros, os quais, na maioria das vezes e dissimuladamente, pretendem apenas deixar à mostra lampejos de erudição. Trocando em miúdos, um carro importado, uma roupa de última moda ou o lançamento de um livro, como também a publicação de um artigo de ocasião produz, de acordo com o campo social em que estas disputas simbólicas ocorrem, o mesmo efeito: afirmar o seu *status*. Isto faz esquecer ao cientista social que sua atividade intelectual é inseparável de uma postura ética e responsável face ao objeto de sua ciência. A sociologia é “uma parte organizada da cultura”, cujo objetivo consiste em “servir o homem, ajudando-o na progressiva compreensão e no aperfeiçoamento de sua cultura.” (ADORNO & HORKHEIMER, 1973, p. 18).

Considerações finais

As reflexões de Theodor Adorno atinentes à prática sociológica concreta, bem como em relação aos seus princípios e fundamentos, tem implicações consideráveis para sua reinterpretação e re-significação. Em termos metodológicos, as ideias de Adorno - em consonância às dos membros da Teoria Crítica em geral - nos fazem questionar a prática científica que se pretende "despida de valores". Ora, toda e qualquer atitude que tomamos em relação ao mundo nos coloca em posição de responder por suas consequências. Posso ficar imóvel diante de uma situação, me manter neutro, mas, ao fazê-lo, devo reconhecer que, com esta atitude, ajudo a perdurar aquilo que existe. Nestes termos, a prática que se justifica "despida" de valores equaliza-se com a ideia, não expressa, de valorização positiva do *status quo*. Além do mais - como sugere a Teoria Crítica - não há dicotomia entre conhecimento e interesse: ambos estão intimamente relacionados.⁶ O pesquisador desatento pode estar vulnerável aos interesses e relações de poder que atuam no seio das instituições científicas, interesses tais que podem moldar à forma com que ele estrutura sua pesquisa bem como o modo como interpreta seus achados.

No âmbito das ciências sociais, colocar pressuposições científicas, largamente aceitas nos dias de hoje, sob o escopo da crítica é primordial para que não nos tornemos meros reféns delas. O uso indiscriminado de métodos quantitativos, os quais, por vezes, proclamam-se os únicos e confiáveis meios de produzir conhecimento sociológico (leia-se, os "economicismos" de todo tipo), desvaloriza os métodos interpretativos e compreensivos como modos legítimos para entendermos mecanismos de poder, processos que perpetuam as desigualdades sociais de todos os matizes, fenômenos do dia-dia que, embora pareçam ínfimos diante do rigor e cientificidade das fórmulas matemáticas, podem dizer muito acerca de condicionantes sociais que passam despercebidos a elas.

O que Adorno e os teóricos críticos também nos legam é a importância de olharmos para a sociedade e captar suas potencialidades de mudança e os bloqueios e obstáculos que a impedem no conjunto das relações sociais vigentes. A crítica coloca-se contra qualquer tipo de ortodoxismo, ou contra qualquer tipo de acomodação do pensamento em águas calmas. Prefere-se o terreno conturbado e agitado do debate, do diálogo e do conflito à situação passiva e confortadora do consenso. Só assim podemos progredir. O conteúdo fixo da dialética é seu compromisso inapelável com a transformação incessante da realidade: "Cada momento só se transforma em seu oposto ao, literalmente, refletir-se, quando a razão aplica a si mesmo a razão, e, nessa autolimitação, emancipa-se do demônio da identidade." (ADORNO, 1995, p. 50).

⁶ Ver, por exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1982.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. (2008), *Introdução à sociologia*. São Paulo, Editora Unesp.
- _____. (1995), "Experiência científica nos Estados Unidos" in *Palavras e sinais: modelos críticos 2*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- _____. (1995a), "Notas marginais sobre teoria e práxis" in *Palavras e sinais: modelos críticos 2*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- _____. (1995b), "O Progresso" in *Palavras e sinais: modelos críticos 2*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- _____. (2001), "Sociología e investigación empírica" in *Epistemología y ciencias sociales*, Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S. A.).
- _____. (2001a), "Sobre la objectividad en ciencias sociales" in *Epistemología y ciencias sociales*, Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S. A.).
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- _____. (1973), "Sociologia e investigação social empírica" in *Temas básicos de sociologia*. São Paulo, Cultrix.
- _____. (1973a), "O conceito de sociologia" in *Temas básicos de sociologia*. São Paulo, Cultrix .
- AGGER, Ben. (1991), "Critical Theory, Poststructuralism, Postmodernism: Their sociological relevance". *Annual Review of Sociology*, 17.
- COMTE, August. (1978), "Curso de filosofia positiva" in *Os pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.
- DOMINGUES, Ivan. (2004), "Epistemologia das ciências humanas TOMO 1: Positivismo e hermenêutica". São Paulo, Edições Loyola.
- FREITAG, Barbara. (2004), "A teoria crítica: ontem e hoje". São Paulo, Brasiliense.
- HORKHEIMER, Max. (1975), "Teoria Crítica e Teoria Tradicional" in *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural.
- JAY, Martin. (2009), "A criação do Institut für Sozialforschung e seus primeiros anos em Frankfurt" in *A imaginação Dialética*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- _____. (1984), "Marxism and Totality: The Adventures of a Concept from Lukács to Habermas". University of California Press.
- KONDER, Leandro. (1985), "O que é dialética". *Coleção primeiros passos*, 39. São Paulo, Abril Cultural.
- RUSH, Fred. (2008), "Teoria Crítica". Aparecida, SP, Idéias & Letras.

